

OS RISCOS DA FALTA DE SECULARIZAÇÃO NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Heslley Machado Silva¹

Resumo:

Os riscos para a educação brasileira da perda do secularismo do estado brasileiro são elencados a partir da eleição do presidente Bolsonaro e suas indicações para o Ministério da Educação. A sequência de ministros ineptos que ocuparam o cargo mais influente na educação brasileira é descrita, mostrando a pouca afeição pela questão educacional durante o período de 2019 a 2022, e o alinhamento com um discurso radical de extrema direita. A perniciosidade de um estado confessional, que mistura ideologia, negacionismo e religião é revelada pelo período, no qual o Ministro pastor Milton Ribeiro esteve à frente do Ministério da Educação, através do seu discurso e da sua falta de sensibilidade com as questões educacionais. Finalmente, fica demonstrado que existe uma dificuldade de escapar da condição de interferência da religião no estado brasileiro diante da força política de certos grupos religiosos, especialmente evangélicos, mesmo diante da eleição de um governo que aparenta ter menor compromisso com este campo.

Palavras-chave: Secularismo; educação; ministério; religião; governo Bolsonaro.

Abstract:

The risks to Brazilian education from the loss of secularism in the Brazilian state are listed from the election of President Bolsonaro and his appointments to the Ministry of Education. The sequence of inept ministers who have occupied the most influential position in Brazilian education is described, showing little affection for the educational issue during the period from 2019 to 2022, and alignment with a radical far-right discourse. The perniciousness of a confessional state, which mixes ideology, denialism, and religion is revealed by the period, in which Minister Pastor Milton Ribeiro was at the head of the Ministry of Education, through his discourse and his lack of sensitivity to educational issues. Finally, it is demonstrated that there is a difficulty in escaping from the condition of interference of religion in the Brazilian state in face of the political strength of certain religious groups, especially evangelicals, even in face of the election of a government that appears to have less commitment to this field.

Keywords: Secularism; education; ministry; religion; Bolsonaro government.

¹ Pós-doutor em Educação e Ciências, Universidade do Minho, Portugal. Doutor em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Centro Universitário de Formiga/MG (UNIFOR/MG) e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Email: heslley@unifor.br

Importância do Estado laico

A questão do secularismo, a ausência de uma religião de estado, ou de um estado dominado por uma religião, essa condição preconiza uma separação entre a religião ou a igreja e a política ou o estado (KEANE, 2000). Esse laicismo recebe muitas críticas (HOWARD; BLANSKI, 2018), é tratado muitas vezes como um cerceamento da liberdade religiosa em um país, deveria ser exatamente o contrário, pois a ausência de um estado alinhado a uma crença permite que todas elas possam ser professadas sem impedimentos ou privilégios (COPSON, 2017). Essa questão é especialmente importante se estamos pensando nas minorias, que pretendem exercer sua fé sem obstáculos, também aqueles que tem alguma crença sobrenatural, mas não seguem nenhuma religião com normas específicas, além de agnósticos e ateus. Apesar disso, essa condição tem encontrado dificuldade de se estabelecer em vários países e recentemente é percebido um recrudescimento de estados que dão status diferenciado a um determinado culto (CASANOVA, 2009).

Os estados (países) que se abstém da condição laica muitas vezes se tornam uma teocracia (HIRSCHL, 2021), com uma religião no centro do Estado. Isso ocorreu em países como o Irã, no qual o termo democracia praticamente deixou de fazer sentido e muitos aspectos da vida social e cultural passaram a ser impostos por tradições religiosas (KAZEMIPUR; REZAEI, 2003). Paralelamente começa a emergir um outro tipo de governo e estado em relação à religião, nos quais constituem um tripé que se apoia na crença, no conservadorismo e no nacionalismo, em uma mistura que exacerba esses conceitos em prol de uma tentativa de preservação de poder, através de eleições dos mesmos personagens, descreditando dos processos democráticos.

Exemplos modernos desse tipo de ascensão ocorrem em várias partes do mundo, podem ser países considerados periféricos, como El Salvador (ORELLANA; ORELLANA, 2020), na América Central; ou a Hungria (SZALÓ, 2021) na Europa, talvez marcado por ressentimentos anticomunistas, pelos anos sob o domínio dramático da União Soviética. Podem ocorrer com países pequenos, mas com grande relevância geopolítica, como Israel (RUBINSTEIN, 2019), no qual um governo nessa linha está no poder durante décadas, e que retornou no início de 2023 pela terceira vez. Mas talvez, os países que melhor representem essa forma de poder emergente, pela sua relevância política e econômica sejam o Brasil e os EUA.

Uniu esses dois países, no final da segunda década do século XXI, uma política calcada no antagonismo aos movimentos sociais, antiaborto, antidrogas, antilgbt+, etc. Ao mesmo tempo se apoia em uma suposta visão liberal da economia, um clamor por liberdade (sem interferência do governo), privatizações, armamento da população, radicalização da legislação penal, entre outras pautas (BELLO, 2020; HELLINGER, 2018). Porém se esses dois países experimentaram uma radicalização nesse movimento em direção à extrema direita, com forte participação das redes sociais e das fake News nelas disseminadas (ALLEN; MCALEER, 2018; RICARD; MEDEIROS, 2020), foram nesses mesmos países que a maioria da população (ainda que por uma pequena diferença) demonstrou sua insatisfação com esse radicalismo ideológico na eleição seguinte. Tanto EUA quanto Brasil experimentaram algo raro, apesar do alinhamento religioso nos governos Trump (HAYNES, 2021; MARTI, 2019) e Bolsonaro (GUERREIRO; ALMEIDA, 2021), a não reeleição dos seus governantes, mesmo dispondo de todas as ferramentas, recursos e visibilidade que a máquina pública lhes oferecera durante a campanha eleitoral.

Um novo espectro religioso brasileiro

No caso brasileiro, ao mesmo tempo que existiu todo um processo de desconstrução de secularização durante o governo Bolsonaro (KIBUUKA, 2020), um movimento que é anterior à esse mandatário se acentuou, que foi a mudança do espectro religioso no país (MARIANO, 2013). Essa mudança não é apenas brasileira, ela ocorre em vários países latino-americanos, mas é especialmente intensa no Brasil (ALVES *et al.*, 2017), com o aumento exponencial do número de evangélicos, antagonizando a um declínio no número de católicos e um leve crescimento do número daqueles que se declaram sem-religião, agnósticos e ateus.

Essa mudança de *status* das vertentes religiosas brasileiras impacta em diversos setores da sociedade. No campo dos costumes se acirra antagonismos, com uma divisão na população que reverbera na política, com a eleição de Bolsonaro em 2018, sua pauta ideológica-religiosa no discurso (ALMEIDA, 2019), e com a eleição em 2022 de uma bancada na Câmara e no Senado Federal alinhada com essas condutas sociais conservadoras. Desta forma, a política brasileira se colocou em uma condição de forte interferência da religião na política e nas proposições de uma vertente conservadora.

No Brasil dessa nova condição de religiosidade que se estabelece, o combate a uma pandemia, como a da COVID-19, segue uma linha dentro desse conservadorismo e negacionismo, se alinhando com a pseudociência de negação das vacinas e do uso de medicamentos inócuos. O presidente do país, à época da pandemia, acaba se colocando contra o isolamento social, colocando no centro de um debate estéril e nocivo a questão de frequência da população à cultos religiosos, como se esse direito sobreposse a necessidade de confinamento imposta pela condição da doença e do seu contágio.

Ameaças ao secularismo se estabelecem no Ministério da Educação brasileiro

O quadro em relação à perda do laicismo é preocupante percebido por vários trabalhos no campo da educação (BRAYNER, 2017; PAULY, 2008). Esse tipo de problema ocorre fortemente, por exemplo, no ensino da evolução biológica (SILVA, 2022), com professores que deveriam pela sua formação estar imunes a esse tipo de influência em um tema tão relevante para a ciência. Porém, muitos desses trabalhos se referem a anos atrás, alguns de algumas décadas atrás, então a pergunta é: será que algo mudou no Brasil no início da terceira década do século XXI? E a resposta é sim, mudou, e muito, para uma situação muito mais grave, com uma ameaça muito mais clara à condição de laicismo do Estado brasileiro e em relação às repercussões no campo da educação.

Ocorreu durante o mandato de Bolsonaro, toda uma escalada no sentido de interferências no setor da educação pelo campo religioso. Inicialmente, o *álibi* para essa interferência seria uma série de posturas e questionamentos, justificados pela suposta existência de uma ideologia de gênero (REIS; EGGERT, 2017), que estimularia a sexualização das crianças, que traria questões impróprias para a sala de aula. Há uma tentativa de desacreditar toda a obra de Paulo Freire (Freire, 2018; Freire, 2018), certamente o educador brasileiro com maior reconhecimento internacional, na desconexa alegação de que sua extensa obra buscava instalar o “comunismo” na educação brasileira. Esse processo ocorre com várias menções de apoiadores do presidente na mídia direcionada, disseminando diversas notícias fraudulentas sobre ações de professores em sala de aula, de grupos sociais, de acadêmicos e políticos, que estariam “corrompendo” a moral e os bons costumes das crianças brasileiras através da escola.

Consequências da ausência de critérios de mérito no Ministério da Educação

Toda essa jornada de desconstrução do estado laico culmina com a adesão dos líderes religiosos mais proeminentes e midiáticos, com sua expressão máxima no Ministério da Educação. Depois de dois ministros desastrosos por razões diversas, o presidente resolveu assumir a inexistência do estado laico e nomeou um obscuro pastor professor para o cargo. Ele rapidamente mostrou a que veio.

Porém antes de chegar ao ministro pastor, que desnuda qualquer possibilidade de mascarar o objetivo de uma educação voltada para uma pauta pouco afeita a questões educacionais, é importante reconstruir a trajetória da pasta desse ministério durante o governo Bolsonaro.

O primeiro dos ministros da educação desse governo revela de forma muito clara o que deveria ser a linha de pensamento e ação para essa área. O professor colombiano, naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez Rodríguez, não era conhecido no meio acadêmico como alguém relevante no campo educacional, mas isso não é necessário, basta seguir a cartilha do mentor “intelectual” de Bolsonaro e asseclas, Olavo de Carvalho (MARIUTTI, 2020). É preciso refletir o quão é pernicioso ter um ministério fundamental para o país seguindo a visão de mundo de uma pessoa que pregava que a terra é plana, que o vírus SARS CoV-2 não existe, que cigarro não faz mal à saúde, liberalização de armas, etc. Logo no seu discurso de posse o Dr. Ricardo mostrou que aprendeu bem com o seu mestre e sua linha de pensamento. Ao invés de falar dos problemas reais da educação brasileira e da busca das suas soluções, sua palestra se ateve a dizer que ia “combater a ideologização das crianças e a desvirtuação dos direitos humanos, restabelecendo padrões éticos e morais...”, como descrito no próprio site do MEC.

É desnecessário dizer que foi um período de total inutilidade do ministério em relação a missões fundamentais dessa pasta, a não ser pela cantilena de combate à ideologia. Em um período de pouco mais de três meses, esse ministro conseguiu mostrar o desastre que se instalou nesse setor durante o mandato de Bolsonaro. Dr. Ricardo decidiu mudar o edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), retirou a restrição à publicidade nas obras didáticas, o trecho que indicava a isenção de erros e a necessidade de incluir revisões bibliográficas; tudo isso contrário às boas práticas educacionais. Mas dentro dessa linha, ele suprimiu a responsabilidade dos livros em dar suporte ao combate à violência contra a mulher e divulgar a cultura dos quilombos, revelando o total alinhamento com o discurso olavista e antagonizando o que a obra de Paulo Freire preconiza. Felizmente o próprio MEC não conseguiu justificar essas medidas esdrúxulas e recuou nessas alterações no edital.

O ministro filósofo ainda sugeriu o canto do hino nacional, a leitura de uma carta de sua autoria com o *slogan* da campanha eleitoral de Bolsonaro, que remete à religião, em cada escola brasileira, e para completar tudo isso deveria ser gravado e enviado ao MEC. Nem Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, pensou em algo tão tosco e doutrinador em escolas para crianças, mas é importante lembrar que o secretário da cultura do mesmo governo também demonstrou o apreço pelo facínora nazista e seus métodos de marketing na sua pasta (RODRIGUES; DA ROSA RIBEIRO, 2021). Outras medidas erráticas do mesmo ministro foram a suspensão da avaliação da alfabetização e alterações sem sentido (ou com algum sentido equivocado) no processo de avaliação do Ensino Médio (por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem).

Algumas falas desse ministro reforçam seu viés ideológico e moral, em uma declaração para o jornal Valor, ele disse que a “Universidade para todos não existe”, ninguém pode

afirmar que ele não fez uma mandato contra as ideias freirianas (ROMÃO, 2013). Depois gravou um vídeo indicando que ia “voltar a valorizar a educação moral e cívica”, e ainda sugeriu que “1964 não foi um golpe”, tudo de acordo com os ensinamentos do seu mestre, Olavo de Carvalho. Por fim, nem mesmo o presidente Bolsonaro conseguiu manter alguém tão confuso e sem direção na pasta da educação e seu mandato durou pouco. Porém a mudança não alterou a rota, a manteve e até acentuou alguns aspectos da linha ideológica.

Para substituir um desastre na educação, nada como outro, e para essa missão o escolhido foi o economista Abraham Weintraub, que passou um ano e dois meses no cargo, mas o suficiente para dar continuidade à incompetência anterior e à cartilha olavista, com novas e antigas controvérsias com a comunidade acadêmica.

No campo administrativo do Ministério da Educação, a única marca do economista o contínuo corte de recursos, nenhuma ação efetiva, nenhuma solução para as urgentes questões educacionais brasileiras. Pelo contrário, o ministro acabou criando complicações novas, como uma interferência irracional e disruptiva no Enem.

Outra marca da passagem desse personagem pelo ministério foram as suas falas totalmente desconectadas da sua função, como sua “live” em redes sociais, racista e xenofóbica, bem alinhada ao governo que pertencia sobre os chineses, que gerou profundo mal-estar nas relações, algo totalmente sem sentido e contraproducente para os interesses brasileiros. Também houve o ocorrido em uma reunião com outros ministros e o presidente, na qual Weintraub chamou os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de vagabundos e sugeriu que deveriam ser presos, mais uma vez discursos sem nenhuma conexão com o seu papel no governo, mas que fizeram sucesso com os seguidores mais fanáticos de Bolsonaro, especialmente nas redes sociais.

Mas tentando voltar à pasta da educação, o ministro demonstrou que apreciava chamar as pessoas de vagabundas, pois no primeiro mês de “trabalho” propalou que haveria balbúrdia nas Universidades públicas brasileiras e que a liberação (ou contingenciamento) de verbas estaria vinculado de alguma forma aos registros dessas “balbúrdias”. Ele recuou um pouco nesse discurso, porém sua aparição em uma “live” com o presidente Bolsonaro, mostrando de forma pueril, uma caixa de bombons explicando que tinha que deixar alguns para depois para ilustrar a contenção de verbas na educação, demonstrou de forma clara que tipo de visão de educação havia contaminado o ministério.

A presença desses dois ministros revelou o pouco apreço pela área da educação nos quatro anos do governo Bolsonaro e as consequências da falta de critério pela competência, confirmando que a meritocracia só vale para a extrema direita quando se sugere a supressão das cotas para desfavorecidos ou injustiçados na educação, não para a escolha de ministros.

Um ministro que exemplifica o problema da inexistência do secularismo no comando da educação brasileira

Mas para aqueles que julgavam que o ápice da incompetência e da inépcia com o cargo no Ministério da Educação tivesse sido atingido com os dois ministros já apresentados, ainda faltaria aquele que demonstraria como pode ser mais nocivo um critério equivocado do que a falta de critério na escolha de uma figura tão importante no funcionamento do governo.

Antes de chegar ao desastroso ministro pastor é revelador mostrar a rápida passagem (cinco dias apenas) do terceiro a ocupar o cargo, Carlos Alberto Decotelli. As inconsistências do currículo desse personagem foram impossíveis de serem justificadas, mesmo em um governo que não primou pela honestidade curricular. Já haviam sido apontados inconsistências nos currículos do primeiro ministro da educação, Ricardo Vélez; do incompetentíssimo ministro (contrário) ao meio ambiente, Ricardo Salles, que apontava ter mestrado na Universidade de Yale, sem nunca o ter realizado e da folclórica ministra da mulher, família e direitos humanos, que propalava em seus discursos ter mestrado em educação sem nunca tê-lo feito.

Mas até para um governo tão pouco afeito a honestidade curricular a dimensão das fraudes no currículo de Decotelli foram demais, é claro que Bolsonaro não entendia o valor deste tipo de falha profissional e foi necessário explicar para ele. Porém é difícil sustentar alguém que falseou tanto na sua formação, especialmente em um ministério que deveria primar pela educação. É difícil apontar do que era verdade na formação acadêmica fundamental, seu mestrado apresentou indícios de plágio, algo percebido tardiamente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mas os principais problemas eram a indicação de que ele havia concluído doutorado e pós-doutorado em universidades na Argentina e Alemanha respectivamente, algo desmentido prontamente pelas instituições. Por fim, o currículo afirmava que o ministro era professor na FGV, informação também desmentida. Assim, nem mesmo Bolsonaro conseguiu defender sua nomeação e ele foi demitido, ou melhor “pediu” demissão na mesma semana da sua indicação.

Então a falta de critério, que gerou três ministros inaptos, foi substituída por um ministro que provavelmente teve como único critério a sua religiosidade. Formado em teologia e direito e com doutorado em educação pela Universidade de São Paulo (USP), o pastor Milton Ribeiro assumiu o ministério da educação e foi o mais longo daqueles que ocuparam esse cargo no governo Bolsonaro. Indicado por outros ministros presbiterianos, o pastor cursou ainda mestrado em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde foi vice-reitor. Desconhecido no meio acadêmico, sua trajetória no ministério e currículo constata que não é suficiente apenas formação acadêmica para uma tarefa tão importante, é preciso também de uma mínima coerência, competência e sensibilidade moral para ocupar esse cargo.

O rol de falas (e de ações, ou de falta delas) desse ministro durante quase dois anos no comando da educação, mostra como um indivíduo despreparado pode ser nocivo a um ministério que impacta no presente e no futuro do país e de toda a sua população. É difícil acreditar nessas manifestações, não por ser ministro, ou pastor, ou qualquer outra denominação, é difícil crer que toda essa falta de empatia, e de trato com a educação tenha vindo de qualquer pessoa. Durante o seu errático mandato, Milton Ribeiro destacou pautas ideológicas e não teve qualquer ação relevante, desperdiçando o corpo técnico de qualidade desse setor do governo e prejudicando o papel dessa área, como por exemplo no apoio a estados e municípios no período pandêmico. Foram tantas, que não foi simples a seleção das mais relevantes e impactantes, mas seleciona-se aquelas que mostram a sua falta de civilização para lidar com uma área tão crucial.

No dia 9 de agosto de 2021, o pastor declarou à TV Brasil: *"universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade"*. O caráter elitista, segregador e excludente desse campo ideológico não poderia estar mais evidente, ainda mais vindo daquele que deveria ser o promotor dessa inclusão e da melhoria da qualidade das universidades brasileiras. Um exemplo marcante, de como muitas vezes a aparente crença religiosa não impede a falta de empatia, a ausência de um mínimo interesse pela

igualdade social, ou de pelo menos de igualdade de oportunidades, e explica a inércia desse ministério em relação ao ensino superior público, durante o seu mandato.

Nessa mesma entrevista, o ministro demonstrou mais uma vez sua falta de sensibilidade e total incompatibilidade com o importante cargo, ao dizer: “*Algumas crianças com deficiência são de 'impossível convivência'*”. O desrespeito às crianças com necessidades especiais e suas famílias é inominável. Essa fala ilustra o que um estado religioso, que escolhe seus representantes a partir do critério da fé, e não da competência pode produzir. Novamente o fenômeno da exclusão, de uma suposta superioridade dos eleitos pela fé se manifesta e mostra a sua face mais perversa. Ao invés de trazer um elemento de solidariedade e de empatia ao governo, gerou exatamente o oposto em um ministério que deveria primar pelo incentivo aos processos de inclusão na sala de aula. Ao invés de trabalhar para diminuir os obstáculos ao processo de inclusão, mostrar os benefícios para os estudantes com necessidades especiais e para aqueles que não possuem (KART; KART, 2021), o pastor fomentou o medo, a intolerância e destacou as diferenças.

Em 24 de setembro de 2020, o pastor revelou mais traços do seu pensamento intolerante, ao afirmar: “*Gays ‘vem de famílias desajustadas’*” e complementou dentro da sua verve ímpia: “*Quando o menino tiver 17, 18 anos, vai ter condição de optar. E não é normal. A biologia diz que não é normal a questão de gênero.*” O preconceito é explícito, anula qualquer possibilidade de que esse ministério tenha políticas voltadas à comunidade LGBT+, afinal de contas a causa da homossexualidade seria o desajuste das famílias na sua visão torpe. Ainda tenta se ancorar em mais uma pseudociência biológica para sustentar seu discurso, demonstrando como pode ser perigosa a mistura de ciência e religião, especialmente para aqueles que detém o poder político.

Dentro dessa percepção preconceituosa ele complementou na mesma entrevista: “*Professores trans não podem incentivar alunos a ‘andarem por esse caminho’*”. O ministro deixa claro que o critério para a escolha de professores não deveria ser a competência, ou as habilidades como mestre, ou a sua sensibilidade diante do processo educacional, afinal de contas se isso fosse considerado esse pastor nunca entraria em uma sala de aula. O critério deveria ser um alinhamento ideológico, religioso e “supostamente” moral, dentro de uma “normalidade” doentia e excludente. Isso porque ele propalou no seu discurso de posse que: se comprometeria a seguir o “Estado laico” e a manter “grande diálogo com acadêmicos e educadores”, imagine se pensasse de forma diferente.

Único projeto diferente dentro do mandato desse ministro, e supostamente relevante, a proposta de *homeschooling* (LINES, 2001), ou ensino em casa, feito sob medida para o movimento radical religioso brasileiro. O projeto foi aprovado por uma Câmara e um Senado que sinalizam uma contradição com o secularismo e, como era de se esperar, não teve nenhum efeito positivo, nem negativo, na realidade educacional brasileira. Afinal de contas, a pandemia demonstrou que educar em casa é uma tarefa difícilima (LUNARDI *et al.*, 2021), sem nem entrar no mérito das mazelas que esse tipo de ensino pode gerar para as crianças e adolescentes. Isso mostra como a perda do laicismo pode ser prejudicial, levando a uma perda de tempo, de energia, de ideias, de projetos e de recursos, a uma área tão importante para qualquer país, mas em especial para o Brasil, que é a educação.

Logo depois da sua posse, ou mais precisamente quatro dias depois, Ribeiro contraiu Covid-19 e anunciou que iria trabalhar remotamente, ao mesmo tempo anunciou nas redes sociais que iria se tratar com azitromicina, ivermectina e cloroquina, para em seguida dizer que já havia notado “a diferença para melhor de um dia pra outro”. O mandatário de ministério da saúde demonstrou ser um seguidor convicto e disseminador das ideias

negacionistas de Bolsonaro em relação à pandemia e seus tratamento inócuos e perigosos (SILVA, 2021). Nesse quesito não se deve atribuir apenas à intrincada mistura de estado e Igreja, afinal, historicamente muitos papas foram ferrenhos defensores da ciência e tiveram sucesso inclusive no enfrentamento de pandemias (SILVA, 2022), é simplesmente um caso de simples ignorância acadêmica. É interessante conectar com aqueles grupos que advogam o criacionismo, durante um dos períodos mais críticos da pandemia, um grupo de cientistas brasileiros, liderados melancolicamente pelo líder do movimento do design inteligente no Brasil, Marcos Eberlin (SILVA, 2020), assinou uma carta apoiando o governo para o uso de medicamentos, como a cloroquina, contra a Covid-19, sem nenhuma comprovação científica (EZE *et al.*, 2021). Essa sequência de eventos interrelacionados demonstra o quão a não separação entre Estado e Igreja pode ser prejudicial, inclusive para o enfrentamento de uma crise sanitária, tão impactante como uma pandemia.

Mas nada poderia ilustrar melhor esse efeito perverso da falta de laicismo para a educação brasileira do que a série de denúncias e de eventos que culminaram com a, quase forçada, demissão e prisão (ainda que durante um curto período) desse ministro pastor. Surgiu na imprensa uma gravação de uma reunião de Milton Ribeiro, revelando que havia um gabinete paralelo dentro do Ministério da Educação composto, de forma não surpreendente, por dois pastores evangélicos. Na gravação, Milton Ribeiro afirma e propala que, para receber verbas, os municípios deveriam passar pelo crivo dos dois pastores, que era um pedido especial do presidente da República. Posteriormente, foi revelado que esses pastores recebiam benefícios como compras de bíblias, propinas, ouro, etc. Fica evidenciado os riscos de um estado, ou governo, que não consegue ser secular, que pretende ser confessional, oferecendo benefícios e poderes a determinadas religiões em detrimento de outros, buscando dividendos pessoais e políticos em troca desses privilégios. Ele chegou a ser preso pelo seu envolvimento com esse esquema, coroando sua trajetória errática e de ausência de inépcia e de correção moral no trato com o governo e com a educação.

Sem grandes expectativas de laicismo no Brasil

Dia 05 de outubro de 2022, no início da disputa pelo segundo turno da eleição entre Lula e Bolsonaro, notícias ilustram como até mesmo o falso laicismo deixou de existir, para ser substituído por um Estado inescapavelmente confessional, fadado a subserviência aos dogmas religiosos. O principal jornal mineiro “O Estado de Minas” estampa na sua capa a manchete principal “*Uma Guerra nada Santa*” e como matéria de uma página inteira destaca: “*Religião abre Agenda da Corrida Presidencial*”. As fotos dos dois principais mostram os dois candidatos em meio a religiosos, em espaços que remetem a crença, e reportagens extensas, mostrando uma cooptação às Igrejas e um leque de concessões à pastores e padres. Nestas reportagens não há nenhuma menção a um plano de governo em relação ao meio ambiente, à ciência, e à educação.

Portanto, no Brasil de 2022 e nos quatro anos seguintes não importa se é esquerda ou direita, a política se rendeu ao discurso dogmático religioso. A direita radical se estabeleceu, e cresceu, guiada pelos religiosos mais extremados. A direita moderada quase foi completamente extirpada do espectro político brasileiro nessa eleição; e a esquerda teve que, por sobrevivência, se render a essa fusão perniciosa de Estado e Igreja, extinguindo qualquer possibilidade, em um futuro próximo, de um governo brasileiro secular de fato.

Referências

- ALLEN, D. E.; MCALEER, M. Fake news and indifference to scientific fact: President Trump's confused tweets on global warming, climate change and weather. **Scientometrics**, [s. l.], v. 117, n. 1, p. 625–629, 2018.
- ALMEIDA, R. de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. **Novos Estudos - CEBRAP**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019.
- ALVES, J. E. *et al.* Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil1. **Tempo social**, [s. l.], v. 29, p. 215–242, 2017.
- BELLO. Jair Bolsonaro isolates himself, in the wrong way. **The Economist**, [s. l.], v. April, 11, 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/04/11/jair-bolsonaro-isolates-himself-in-the-wrong-way>.
- BRAYNER, F. H. A. “Paulofreireanismo”: instituindo uma teologia laica? **Revista brasileira de educação**, [s. l.], v. 22, n. 70, p. 851–872, 2017.
- CASANOVA, J. The secular and secularisms. **Social Research: An International Quarterly**, [s. l.], v. 76, n. 4, p. 1049–1066, 2009.
- COPSON, A. **Secularism: politics, religion, and freedom**. [S. l.]: Oxford University Press, 2017.
- EZE, P. *et al.* Efficacy and safety of chloroquine and hydroxychloroquine for treatment of COVID-19 patients-a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. **American journal of cardiovascular disease**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 93, 2021.
- FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: uma história de vida**. [S. l.]: Editora Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. [S. l.]: Editora Paz e Terra, 2018.
- GUERREIRO, C.; ALMEIDA, R. de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & sociedade**, [s. l.], v. 41, p. 49–74, 2021.
- HAYNES, J. **Trump and the politics of neo-nationalism: The Christian Right and secular nationalism in America**. [S. l.]: Taylor & Francis, 2021.
- HELLINGER, D. C. **Conspiracies and conspiracy theories in the age of trump**. [S. l.]: Springer, 2018.
- HIRSCHL, R. Theocracy. *In*: ROUTLEDGE HANDBOOK OF ILLIBERALISM. [S. l.]: Routledge, 2021. p. 152–163.
- HOWARD, T.; BLANSKI, T. **Chance or the dance?: a critique of modern secularism**. [S. l.]: Ignatius Press, 2018.
- KART, A.; KART, M. Academic and social effects of inclusion on students without disabilities: A review of the literature. **Education Sciences**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 16, 2021.
- KAZEMIPUR, A.; REZAEI, A. Religious life under theocracy: The case of Iran. **Journal for the Scientific Study of Religion**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 347–361, 2003.
- KEANE, J. Secularism?. **The Political Quarterly**, [s. l.], v. 71, n. s 1, p. 5–19, 2000.
- KIBUUKA, B. G. L. Complicity and synergy between Bolsonaro and Brazilian

evangelicals in COVID-19 times: adherence to scientific negationism for political-religious reasons. **International Journal of Latin American Religions**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 288–317, 2020.

LINES, P. M. Homeschooling. **ERIC Digest.**, [s. l.], 2001.

LUNARDI, N. M. S. S. *et al.* Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 46, 2021.

MARIANO, R. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, [s. l.], v. 2, n. 24, p. 119–137, 2013.

MARIUTTI, E. B. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. **Texto para Discussão. Unicamp, IE, Campinas**, [s. l.], n. 380, 2020.

MARTI, G. **American blindspot: Race, class, religion, and the Trump presidency**. [S. l.]: Rowman & Littlefield Publishers, 2019.

ORELLANA, C. I.; ORELLANA, L. Sexual Prejudice and the Relevance of Political Culture: Trends and Correlates in El Salvador. **Psychological Thought**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 37–65, 2020.

PAULY, E. L. Liberdade e laicismo na atual educação brasileira. **Observatório da Laicidade do Estado**, [s. l.], 2008.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 38, p. 9–26, 2017.

RICARD, J.; MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **The Harvard Kennedy School Misinformation Review**, [s. l.], 2020.

RODRIGUES, M. A. F.; DA ROSA RIBEIRO, K. Vozes (neo) nazis e (m) diálogo tropicalizado: uma análise do discurso do ex-Secretário Roberto Alvim. **Letras Escreve**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 187–199, 2021.

ROMÃO, J. E. Paulo Freire e a universidade. **Revista Lusófona de Educação**, [s. l.], v. 24, n. 24, 2013.

RUBINSTEIN, W. D. Why Israel is emerging as a leader of Western conservatism. **Quadrant**, [s. l.], v. 63, n. 4, p. 45–47, 2019.

SILVA, H. M. Ark of Absurdities: Creationism Comes to Brazil. **Skeptic (Altadena, CA)**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 26–31, 2020.

SILVA, H. M. Pope Alexander VII, President Bolsonaro, and pandemics: When humanity goes back. **Ethics, Medicine and Public Health**, [s. l.], v. 21, p. 100721, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jemep.2021.100721>.

SILVA, H. M. **Professores de Biologia e Ensino de Evolução: uma perspectiva comparativa entre Estado e Igreja na América Latina**. Generis Publishing, 2022.

SILVA, H. M. The (in) competence of the Bolsonaro government in confronting Covid-19. **Infection Control & Hospital Epidemiology**, [s. l.], p. 1–3, 2021.

SZALÓ, C. The Cultural Sociology of Hungarian National Conservatism. **Central European Culture Wars: Beyond Post-Communism and Populism**, 2021.